



UFPA

Universidade Federal do Pará

Unidade de Auditoria Interna Governamental - AUDIN

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Pró-Reitoria de Administração - Proad

Prefeitura Multicampi da UFPA

Exercício 2023

Relatório Final de Auditoria nº 202303- AUDIN

Universidade Federal do Pará - UFPA

Unidade de Auditoria Interna Governamental - AUDIN

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO

Unidade Examinada: **Pró-Reitoria de Administração - Proad / Prefeitura
Multicampi da UFPA**

Ordem de Serviço nº 03/2023

Relatório Final de Auditoria nº 202303 - AUDIN

Missão

Aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e informações objetivas baseadas em avaliação de riscos.

Auditoria de Avaliação da Gestão

A Auditoria de Avaliação da Gestão (AAG) é uma das linhas de atuação da unidade de auditoria interna governamental da Universidade Federal do Pará (AUDIN/UFPA) e se constitui em instrumento de apoio à alta administração da UFPA e à sociedade em geral. A AAG procura adicionar valor e melhorar as operações da Universidade, auxiliando a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de integridade, de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDIN?

Auditoria de Avaliação da Gestão (AAG) da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e da Prefeitura Multicampi da UFPA.

ESCOPO DE AUDITORIA.

Avaliar os procedimentos relacionados à gestão de contratos-despesas com energia elétrica da UFPA, com foco na sustentabilidade.

LOCAL E PERÍODO DOS TRABALHOS.

Os trabalhos foram realizados no período de agosto a novembro de 2023, de forma presencial.

POR QUE A AUDIN REALIZOU ESSE TRABALHO?

Conforme previsto no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o exercício de 2023 (PAINT 2023) aprovado pelo Conselho Universitário da UFPA (CONSUN), através da Resolução nº 852, de 15 de dezembro de 2022 e de acordo com as atribuições contidas no Regimento Interno da AUDIN/UFPA, esta Unidade de Auditoria Interna Governamental está realizando ação de controle na modalidade demandas da Gestão, tendo como objeto os Contratos-Despesas com energia elétrica da UFPA sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e da Prefeitura Multicampi da UFPA.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDIN/UFPA? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

A UFPA, por intermédio de suas unidades auditadas, dedicada à gestão sustentável, tem desenvolvido diversas iniciativas que refletem seu comprometimento com a sustentabilidade. Esta postura responsável foi analisada pela AUDIN, a qual revelou a necessidade de ampliação e aprimoramento das ações voltadas para o uso consciente da energia elétrica. Nesse contexto, a gestão do contrato-despesa de energia elétrica surge como um ponto estratégico, em que ajustes podem ser realizados para otimizar a eficiência energética e reduzir despesas, alinhando-se aos princípios e normas do ODS, bem como o PDI e PLS da Universidade.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAG	Auditoria de Avaliação de Gestão
AUDIN	Unidade de Auditoria Interna
CONSUN	Conselho Universitário
CEAMAZON	Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia
ICJ	Instituto de Ciências Jurídicas
ICEN	Instituto de Ciências Exatas e Naturais
ITEC	Instituto de Tecnologia
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Ordem de Serviço
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PREFEITURA	Prefeitura Multicampi da UFPA
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PGO	Plano de Gestão Orçamentária
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
SA	Solicitação de Auditoria
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISGEE	Sistema de Gestão de Energia Elétrica
UAIG	Unidade de Auditoria Interna Governamental
TCU	Tribunal de Contas da União
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	4
SUMÁRIO	5
INTRODUÇÃO	6
RESULTADO DOS EXAMES	12
1-Avaliação do contrato e controle de gastos com energia elétrica na UFPA	12
1.1- Da Ausência de Medidores Individuais nos Prédios da UFPA e da Divulgação dos Dados das Despesas com Energia Elétrica.....	15
2-As ações para incentivar o consumo consciente de energia elétrica precisam ser fortalecidas e expandidas.....	17
3-As ações de sustentabilidade da UFPA possuem adesão limitada entre suas unidades acadêmicas e administrativas.....	22
RECOMENDAÇÕES	24
CONCLUSÃO	25
ANEXOS	
I- MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA	27

INTRODUÇÃO

O presente relatório concerne à ação de controle na modalidade avaliação, realizada pela equipe da AUDIN/UFPA, no período de agosto a novembro de 2023. O fim precípua do trabalho foi a gestão e controles internos no âmbito dos contratos-despesas com energia elétrica da UFPA vinculados à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e a Prefeitura Multicampi da UFPA.

A avaliação realizada se refere à Ordem de Serviço nº 03/2023, conforme o estabelecido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pela Resolução nº 852, de 15 de dezembro de 2022 do CONSUN, que apresenta o programa de exames a serem realizados sobre a gestão dos contratos-despesas com energia elétrica da UFPA.

O trabalho de auditoria tem como objetivo analisar os critérios de sustentabilidade quanto à gestão dos contratos referente às despesas com energia elétrica da UFPA, observando os indicadores do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável de nº 07-ONU, o Desenvolvimento das práticas de sustentabilidade (PDI 2016-2025/UFPA) e o Plano de Logística sustentável (UFPA) com relação à redução de consumo de energia e identificação de desperdícios, sugerindo melhorias. Os trabalhos foram realizados com foco nos procedimentos de acompanhamento das ações de sustentabilidade, sendo realizados os seguintes procedimentos:

a. Análise documental: Exame dos contratos-despesas com energia elétrica, planos institucionais, documentos e planilhas obtidas junto a PROAD e Prefeitura Multicampi da UFPA;

b. Indagação escrita: uso de questionários aplicados aos responsáveis pelas unidades auditadas e pela gestão dos contratos-despesas firmados, para a obtenção de dados e informações;

c. Correlação de informações: dados obtidos através de questionários, sendo analisados em paralelo à documentos encaminhados pelos setores envolvidos.

O trabalho realizado pela equipe de auditoria da UFPA buscou responder a seguinte questão de auditoria:

a) - Como está sendo gerido o contrato referente às despesas com energia elétrica da UFPA em relação a redução de consumo e identificação de desperdícios, de acordo com o ODS nº 7 da ONU?

Para subsidiar a realização dos trabalhos, foram empreendidas as seguintes ações prévias:

- ✓ Levantamento e estudo prévio da legislação atinente aos contratos-despesas com energia elétrica da Universidade Federal do Pará, de planos e indicadores voltados para sustentabilidade institucional.
- ✓ Elaboração do Programa de Auditoria nº 03/2023, contendo o cronograma da auditoria referente à gestão dos contratos-despesas de energia elétrica com ênfase na sustentabilidade;
- ✓ Contato com a Pró-Reitoria de Administração para informar sobre a auditoria a ser realizada através do Ofício nº 67/2023 – AUDIN/UFPA, de 22 de agosto de 2023;
- ✓ Encaminhamento à Pró-Reitoria de Administração da Solicitação de Auditoria – SA nº 202303/001, de 22 de agosto de 2023, solicitando informações e documentos relativos aos contratos-despesas com energia elétrica.
- ✓ Análise das informações enviadas pela Pró-Reitoria de Administração através do Ofício nº 189/2023 – DCC/PROAD de 06 de setembro de 2023;
- ✓ Encaminhamento à Prefeitura Multicampi da UFPA da Solicitação de Auditoria – SA nº 202303/002, de 12 de setembro de 2023, informando sobre auditoria e solicitando informações sobre as políticas e procedimentos referente aos contratos-despesas de energia elétrica no âmbito da UFPA.
- ✓ Análise das informações enviadas pela Prefeitura Multicampi da UFPA através do Ofício nº 172/2023 - PREFEITURA de 15 de setembro de 2023.
- ✓ Encaminhamento à Prefeitura Multicampi da UFPA da Solicitação de Auditoria – SA nº 202303/003, de 26 de setembro de 2023, solicitando o preenchimento das questões de auditoria formuladas pela AUDIN a fim de corroborar com os trabalhos de auditoria.
- ✓ Encaminhamento à Pró-Reitoria de Administração da Solicitação de Auditoria – SA nº 202303/004, de 26 de setembro de 2023, solicitando o preenchimento das questões de auditoria formuladas pela AUDIN a fim de corroborar com os trabalhos de auditoria.
- ✓ Encaminhamento aos Campus Abaetetuba; Altamira; Ananindeua; Bragança; Breves; Cametá; Capanema; Castanhal; Salinópolis; Soure; Tucuruí; ICEN Exatas e Naturais; ICJ Ciências Jurídicas; ITEC Tecnologia e NUMA Meio Ambiente do Ofício-Circular nº 03/2023/AUDIN/UFPA, de 26 de setembro de 2023, solicitando o preenchimento do questionário de

auditoria formulado pela AUDIN a fim de corroborar com os trabalhos de auditoria.

- ✓ Análise das informações enviadas pela Prefeitura Multicampi através das questões de auditoria respondidas via google forms em 09 de outubro de 2023.
- ✓ Análise das informações enviadas pela Pró-Reitoria de Administração através das questões de auditoria respondidas via google forms em 20 de outubro de 2023.
- ✓ Análise das informações enviadas pelo Campus de Soure, Tucuruí, Altamira, Breves, Cametá, Abaetetuba, Ananindeua, Bragança, Salinópolis, NUMA Meio Ambiente através do questionário de auditoria respondido via google forms com prazo definido de 20 de outubro de 2023. O Campus Capanema, Castanhal, ICEN Exatas e Naturais, ITEC Tecnologia e ICJ Ciências Jurídicas não responderam ao requerimento da AUDIN.

O universo considerado para a seleção da amostra dos contratos-despesas analisados correspondeu ao exercício de 2019-2022, nos quais foram analisados sobre a aderência aos critérios de sustentabilidade ambiental, objetivando identificar indicadores e avaliar as ações e estruturas de governança que contribuam para a desenvolvimento sustentável da Universidade Federal do Pará. Sendo analisada, desse modo, a gestão dos contratos-despesas com energia elétrica da UFPA associadas às políticas e boas práticas de sustentabilidade.

Desta forma, em atenção aos princípios que regem a Administração Pública, em especial aos da legalidade, eficiência e economicidade e com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da gestão e o aperfeiçoamento dos controles internos, o presente trabalho de auditoria objetivou avaliar a conformidade e a operacionalidade das atividades da Pró-Reitora de Administração e da Prefeitura Multicampi da UFPA, observando os indicadores do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável de nº 07-ONU, o Desenvolvimento das práticas de sustentabilidade (PDI 2016-2025/UFPA) e o Plano de Logística sustentável (UFPA) pertinentes à redução de consumo de energia elétrica e identificação de desperdícios.

Cumpra aqui expormos que os trabalhos foram desenvolvidos em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, e que nenhuma restrição foi imposta aos trabalhos da Auditoria Interna.

I - Dos Contratos com Energia Elétrica no âmbito da UFPA.

O fornecimento de energia elétrica para uso exclusivo nas unidades consumidoras da UFPA em Belém, bem como nos campi e polos localizados no interior do Estado do Pará, é fundamental para impulsionar as atividades dos servidores e garantir o atendimento ao público. Essa demanda surge da necessidade intrínseca da UFPA em realizar suas atividades acadêmicas, incluindo pesquisa, ensino, extensão e tarefas administrativas, todas as quais dependem do fornecimento contínuo de energia elétrica para seu pleno funcionamento.

Segundo as informações do estudo técnico preliminar emitido pela Prefeitura Multicampi da UFPA, o serviço contratado é prestado exclusivamente pela empresa Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., CNPJ: 04.895.725/0001-80, conforme contrato de concessão nº 182/1998 - ANEEL com validade até 28 de julho de 2028.

A contratação foi realizada mediante dispensa de licitação, baseada no art. 24, XXII da Lei 8.666/93, o qual trata da contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica. As tarifas são cobradas de acordo com os critérios estabelecidos para a categoria pública e com valores fixados ou aprovados pela ANEEL, sendo a medição de energia elétrica efetuada através de instrumentos de medição específicos pertencentes e instalados pela concessionária, que processa o faturamento relativo ao período em referência, em intervalos de aproximadamente trinta dias, indicando na conta mensal a data para pagamento. As faturas agrupadoras da UFPA estão sujeitas aos reajustes ou as alterações aplicadas na estrutura tarifária decorrente da política adotada pela concessionária, com aprovação pela agência reguladora competente.

A gestão e fiscalização dos contratos de fornecimento de energia elétrica no âmbito da UFPA é de responsabilidade da Prefeitura Multicampi, conforme consta em resposta da S.A. nº 202303/001. Assim da fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando os limites de alteração dos valores contratuais. Desse modo, a fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do fornecimento de energia elétrica.

II - Da Sustentabilidade na Administração Pública Federal (APF) e das Iniciativas Internacionais.

Dentro do atual contexto de escassez de recursos naturais e do crescente reconhecimento da importância da sustentabilidade e da responsabilidade social nas operações das instituições, especialmente no âmbito da administração pública federal (APF), torna-se essencial efetivar medidas que fomentem a sustentabilidade. Nesse contexto, é crucial avaliar a eficácia da implementação de ações voltadas para a sustentabilidade na administração, englobando práticas de governança relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a utilização consciente de energia elétrica.

O tema da sustentabilidade e do uso responsável dos recursos naturais na Administração Pública Federal é respaldado por acordos internacionais e regulamentos nacionais. Seu principal objetivo é reduzir a pressão sobre os recursos naturais, que são finitos, e promover uma economia nacional com baixas emissões de carbono. Além disso, busca transformar a cultura de mercado por meio do poder de compra, encorajando os fornecedores a disponibilizar opções mais sustentáveis aos consumidores, aspirando a ser um modelo positivo que promova práticas sustentáveis na sociedade e estimule a cidadania.

No contexto internacional, a temática da sustentabilidade está incorporada em uma agenda global conhecida como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e no Acordo de Paris sobre o Clima, ambos promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS constituem um compromisso assumido por todos os 193 Estados-Membros da ONU, com a meta de serem implementados até 2030. Essa agenda inclui dezessete objetivos e 169 metas, substituindo e atualizando os anteriores Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O propósito dos ODS é orientar as políticas nacionais dos países que aderiram a essa iniciativa.

Os dezessete ODS e suas metas abrangem diversas áreas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e desenvolvimento agrícola, promoção da saúde e bem-estar, acesso à educação, igualdade de gênero, redução das disparidades sociais, gestão sustentável de energia, água e saneamento, estímulo a padrões de produção e consumo sustentáveis, combate às mudanças climáticas, fomento de cidades sustentáveis, preservação e uso sustentável de oceanos e ecossistemas terrestres, impulsionamento de um crescimento econômico inclusivo, desenvolvimento de infraestrutura e

industrialização, aprimoramento da governança e implementação de meios para atingir esses objetivos.

A imagem a seguir ilustra os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU.



Entre os ODS relacionados ao tema desta auditoria, cabe destacar o Objetivo nº 7, que visa garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. Em suas metas, a que possui relação direta com o trabalho: Meta 7.1 (assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia). O Acordo de Paris, que se deu na 21ª Conferência das Partes (COP21) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em dezembro de 2015, tem como objetivo limitar o aquecimento global médio em 1,5º C acima dos níveis pré-industriais. Cada país terá de cumprir suas metas nacionais, elaboradas de acordo com o que cada governo considera viável econômica e socialmente.

O Brasil é signatário da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, comprometendo-se a implementar medidas para atenuar os efeitos da mudança climática. Estas iniciativas de mitigação envolvem ações que visam aperfeiçoar a eficiência e promover alterações de comportamento, com o propósito de reduzir a pressão sobre o consumo de recursos naturais. A eficiência energética, como exemplo, contribui diretamente para a diminuição das emissões no país, uma vez que reduz a necessidade de desenvolver novas fontes de energia.

Nesse contexto, insere-se a atuação governamental, que deve ser guiada por padrões sustentáveis de consumo, estimulando a eficiência energética e impulsionando uma economia de baixa emissão de carbono. Isso pode ser alcançado por meio do poder

de compra do Estado e da sua capacidade de influenciar o setor produtivo e a sociedade civil.

RESULTADOS DOS EXAMES

Cabe mencionar que a “Constatação” ou “achados de auditoria” descreve situações indesejáveis identificadas pela equipe de auditoria. Em geral apontam a existência de dificuldades, equívocos, situações adversas autônomas e/ou exteriores à unidade objeto do exame e situações que careçam de ajustes quando de seu confronto com critérios técnicos, administrativos e legais.

Nesse sentido, para a averiguação de possíveis “achados de auditoria” foram adotados os seguintes procedimentos: a análise dos contratos-despesas com energia elétrica da UFPA no período de 2019-2022, em conformidade com as normativas internacionais e nacionais, além dos regulamentos institucionais que orientam as boas práticas de desenvolvimento sustentável, o envio de Solicitações de Auditoria via SIPAC à PROAD e a Prefeitura Multicampi através do processo nº 23073.056518/2023-44, bem como a análise das respectivas respostas e documentos emanados das unidades auditadas em questão. Diante das informações solicitadas observaram-se os achados de auditoria a seguir.

1. AVALIAÇÃO DO CONTRATO E CONTROLE DE GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA NA UFPA.

Verificou-se que a UFPA contratou a concessionária de energia elétrica Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. com fundamento na dispensa de licitação (art.24, XXII, da Lei nº 8.666/93), sob a justificativa de contratação direta com concessionário, permissionário ou autorizatário de serviço público que tem como objeto do contrato o fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural.

Relação de contratos celebrados com a concessionária Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

ANO	CONTRATO
2019	Termo de Contrato de Compra de Energia REGULADA – CCER nº 1031532981.
2021	Termo de Contrato de USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO – CUSD Nº 1057836984.

2022	<p>Termo de Contrato DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER nº 1066505906 –CC Nº 19 PARTE I -II;</p> <p>Termo de Contrato de USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO - CUSD nº 1066505906 – CC Nº 19 –PARTE I -II.</p>
------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: dados da PROAD/UFPA

Ao examinar os processos citados, percebe-se a regularidade no que tange a dispensa de licitação fundamentada no art. 24, XXII, da Lei de Licitações com parecer favorável da Procuradoria Jurídica no processo nº 23073.04335/2022-89 SIPAC/UFPA para a contratação direta com a concessionária. Entretanto, constata-se que no processo licitatório não incidem critérios de sustentabilidade que possam reduzir os impactos ambientais dentro e fora da Universidade. Instado a se manifestar sobre a presença de metas ou obrigações relacionadas à eficiência energética ou a redução de consumo no âmbito dos contratos de energia elétrica da UFPA, a Prefeitura Multicampi respondeu:

“O contrato vigente ainda versa sobre políticas e relações entre as partes no que preza sobre responsabilidades, garantias de fornecimento e faturamento, de forma a suprir as necessidades energéticas da Universidade Federal do Pará. Estes itens são pertinentes nos dois contratos que são o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição e Contrato de Compra de Energia Regulada, porém as medidas de eficiência energética e inserção de energia renováveis, são realizadas pela Universidade e possuem impacto direto no contrato de energia elétrica desde a mudança sazonal da demanda contratada na instituição, até informação a concessionária e atualização do CUSD quanto a demanda de energia gerada de acordo com unidades participantes do SCEE na Universidade, que constam na nova normativa da ANEEL”

Por outro lado, os gastos com energia elétrica dos doze campi da UFPA somaram R\$18.842.207,40 no ano de 2022, dados extraídos dos documentos apresentados pela PROAD/UFPA. A análise do consumo de energia elétrica foi feita com base na comparação do valor pago pela UFPA e o orçamento destinado às despesas com energia elétrica da UFPA no ano de 2022.

A partir deste estudo, observou-se que certos campi da UFPA alocam uma proporção maior do orçamento de custeio para despesas com energia elétrica do que outros, como evidenciado no Relatório de Gestão de Energia da UFPA: Acompanhamento da Demanda Contratada nas Unidades Consumidoras da UFPA, elaborado pelo Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia - CEAMAZON em 4 de agosto de 2023. A análise do consumo e dos valores pagos pela energia elétrica

revelou a existência de diversas ferramentas que podem apoiar os campi na redução do consumo e, por conseguinte, no montante despendido por esse serviço. Assim, a administração eficiente do consumo de energia elétrica torna-se fundamental para alcançar os objetivos estabelecidos nos planos institucionais da Universidade.

Desse modo, ao examinar as faturas de energia elétrica da UFPA, constatou-se que algumas apresentam consumo superior à demanda contratada, resultando em encargos financeiros adicionais, enquanto em outros casos, o consumo é consideravelmente inferior à demanda contratada. Nesse sentido, a revisão da demanda contratada, com base no consumo médio determinado por um especialista na área elétrica, tende a proporcionar economias significativas de recursos, os quais podem ser direcionados para financiar outras atividades.

Do mesmo modo, a análise do relatório elaborado pelo CEAMAZON revela disparidades entre a demanda contratada e o consumo médio em alguns campi da UFPA. Nos campi de Castanhal (UC: 0017315528) e Abaetetuba (UC: 0010034680), por exemplo, a demanda contratada de 155 kW e 160 kW, respectivamente, está consideravelmente acima do consumo real de 75 kW e 90 kW. Nesse contexto, sugere-se que a Universidade considere a possibilidade de ajustar a demanda contratada ou justificar eventuais aumentos de consumo, como a previsão de construção de novos blocos de salas de aula ou laboratórios, visto que o histórico de consumo difere da demanda contratada.

Dessa maneira, os ajustes na demanda têm o potencial de proporcionar à Universidade uma economia financeira significativa. Recomenda-se adotar a prática de manter a demanda contratada próxima à média dos maiores valores de demanda consumida nos últimos 12 meses, entendendo que essa abordagem representa uma estratégia eficaz para otimizar os recursos financeiros da instituição.

Outro aspecto em análise diz respeito à diminuição do consumo de energia durante o horário de pico, quando as tarifas elétricas atingem valores mais elevados. A concessionária Equatorial Pará estabelece o horário de pico entre 18h30min e 21h30min, enquanto o restante do período é designado como horário fora do pico. Conforme destacado pelo CEAMAZON, um dado relevante relacionado aos horários de pico e fora de pico é a disparidade nos custos, sendo que o estado do Pará apresenta a

maior diferença nos custos de energia entre esses dois períodos, considerando a tarifa verde, utilizada pela UFPA.

Diante dessa constatação, é sugerido que o campus promova campanhas de conscientização entre servidores e alunos para reduzir o uso de equipamentos eletrônicos após as 17:00, momento em que as tarifas de energia elétrica aumentam.

Paralelamente, por meio da Comissão de Sustentabilidade da UFPA (PLS, criada em 2019), foi constatado que diversas práticas sustentáveis relacionadas ao consumo de energia elétrica estão sendo adotadas. Algumas dessas ações foram detalhadas no Relatório de Gestão de 2022 da UFPA e incluem desde a instalação ou substituição de lâmpadas existentes por lâmpadas de LED até iniciativas mais abrangentes voltadas para a sustentabilidade energética, realizadas em colaboração com o CEAMAZON. No entanto, esta auditoria não identificou os relatórios de monitoramento estabelecidos pelo Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFPA para determinar em quais campi cada ação está em andamento ou foi concluída.

1.1 Da Ausência de Medidores Individuais nos Prédios da UFPA e da Divulgação dos dados das Despesas com Energia Elétrica.

Com o objetivo de identificar como ocorre a cobrança pelo consumo de energia na UFPA, esta Audin apresentou o devido questionamento as Unidades Auditadas, sobre a existência de sistemas ou medidores para acompanhar o consumo em tempo real do fornecimento de energia elétrica, bem como se essa medição é contabilizada por unidade, obtendo a seguinte resposta:

Proad: “Atualmente existem diversas unidades já mapeadas que possuem medidores individuais. Porém a UFPA ainda encontra-se em fase de implementação de algumas unidades dada a sua extensão territorial. Algumas unidades já possuem o medidor individual, desta forma podemos mensurar o consumo de energia, como no caso do Prédio Anexo da Proad, dentre outros.”

Prefeitura Multicampi: “A UFPA conta com medidores instalados em diversas edificações do campus de Belém, com monitoramento em tempo real. Existem também medidores instalados na subestação principal do campus de Belém

Os medidores são alocados por edificações da Universidade, dentro do plano de ação dos documentos de gestão e eficiência de energia e do plano de gestão de logística sustentável.”

No entanto, a meta do Eixo 13, referente à energia elétrica, do Plano de Logística Sustentável da UFPA (PLS, 2019) compreende em adquirir e instalar medidores de

energia nas Unidades Consumidoras de Serviços (UCS) que ainda não possuem os medidores do projeto Sistema de Gestão de Energia Elétrica (SISGEE). Essa iniciativa busca identificar as unidades que não foram contempladas, no entanto, essa ação não é confirmada devido à falta de estudos e relatórios de monitoramento estabelecidos pelo PLS, fato que é corroborado pelas respostas, dos dirigentes das subunidades acadêmicas e administrativas, dada ao questionário de auditoria.

A presença de medidores individuais em algumas unidades evidencia um esforço da UFPA em promover a transparência e responsabilidade no consumo da energia elétrica. Esses medidores permitem uma gestão mais eficiente e consciente por parte dos usuários, contribuindo para a sustentabilidade e a redução de desperdícios.

Levando-se em consideração a extensão territorial da UFPA a instalação de medidores em todas as unidades torna-se uma tarefa complexa e demorada. Contudo, é crucial que a UFPA continue priorizando a implementação de medidores individuais nas edificações para garantir uma gestão abrangente e eficaz do consumo de energia.

Neste cenário, os dirigentes quando indagados sobre o controle do consumo individual por parte das unidades, apresentaram as seguintes observações:

Unidade A: “tivemos muita dificuldade para ter acesso às faturas de energia junto a concessionária, pois elas são geridas pela PROAD e, mesmo solicitando acesso aos dados, elas são muito difíceis de serem fornecidas. Existe uma burocracia tremenda para acessar os dados que servirão de base para implementação de melhorias. Penso que um passo importante neste momento seria liberar o acesso aos dados para os gestores nas unidades, pois com essa informação já é possível buscar formas de melhorar o consumo desse recurso. Outro ponto importante que pode ser feito de forma institucional é a separação do consumo para cada prédio. Isso pode ser feito com a instalação de um equipamento de medição nos quadros de distribuição, de preferência com comunicação para um terminal de computador, de modo que se possa fazer a análise em tempo real, com isso seria possível elevar o consumo consciente na UFPA para um outro nível.”

Unidade B: “A unidade não tem conhecimento/acesso, a respeito do controle de energia elétrica consumida nos prédios”

Unidade C: “existe a necessidade de liberação dessas informações para os campi do interior uma vez que as informações sobre despesas mensais com energia elétrica ficam centralizadas no campus de Belém, e não existe essa divulgação por parte da prefeitura com essa avaliação mensal, semestral ou até mesmo anual, para que cada unidade possa a partir dessas informações realizar um trabalho de conscientização junto à comunidade acadêmica”.

Desse modo, observa-se a necessidade de promover a transparência e a conscientização em relação às despesas mensais com energia elétrica nos campi da

UFPA, urge a demanda por uma divulgação eficiente por parte PROAD/UFPA. A descentralização desses dados é uma medida estratégica crucial para habilitar cada campus a desenvolver ações eficazes. Ao terem acesso direto às informações sobre as despesas de energia elétrica, as subunidades poderão elaborar estratégias específicas e personalizadas para promover a conscientização e eficiência energética local.

A PROAD desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo responsável por facilitar essa descentralização e garantir que as informações necessárias estejam acessíveis a todas as unidades, contribuindo assim para a sustentabilidade e a eficiência energética em toda a Instituição de Ensino.

Nesse sentido, a introdução de medidores individuais e a descentralização de dados oferecem diversas vantagens à UFPA, como proporcionar uma visibilidade mais detalhada do consumo de energia em diferentes setores da instituição, permitindo uma análise mais precisa dos padrões de uso, identificando áreas de maior demanda e potencializando oportunidades para otimização. Além disso, a implementação de medidores individuais promove uma maior responsabilidade e consciência quanto ao consumo de energia entre os diversos setores da instituição.

2. AS AÇÕES PARA INCENTIVAR O CONSUMO CONSCIENTE DE ENERGIA ELÉTRICA PRECISAM SER FORTALECIDAS E EXPANDIDAS.

Por meio da análise de documentos e das respostas fornecidas pelos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas da UFPA, foi possível examinar as iniciativas ambientais relacionadas ao uso consciente de energia elétrica promovidas pela instituição. Isso incluiu a compreensão da dinâmica, abrangência e pertinência dessas ações em relação ao quadro normativo nacional e às características específicas da Universidade.

A auditoria entende que diante de um contexto normativo nacional abrangente e integrado, e considerando a relevância do tema ambiental, especialmente no que diz respeito à energia elétrica, que implica custos financeiros significativos, as instituições públicas devem, dentro de suas capacidades, manter o contínuo desenvolvimento de suas atividades nessa área. Além disso, enfatiza que esse progresso deve ser compatível com o porte e as peculiaridades de cada organização.

Dessa forma, é relevante destacar que o Brasil está comprometido com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Nesse contexto,

vale ressaltar o Objetivo nº 7, que busca aumentar substancialmente a participação de energias renováveis, melhorar a eficiência energética e expandir a infraestrutura de energia sustentável.

Vale ressaltar o Acórdão 1.752/2011 - Plenário, em que o TCU reconheceu a necessidade de implementar efetivamente práticas de promoção da sustentabilidade na Administração Pública Federal, incluindo o consumo consciente de água, energia e papel, dada a limitação de recursos naturais. O Tribunal estabelece critérios próprios para medir a sustentabilidade, destacando a racionalização no uso de energia elétrica, o uso consciente da água, a conscientização e capacitação, e a adesão a programas de sustentabilidade.

Após exames realizados, constatou-se que a UFPA possui várias iniciativas de sustentabilidade. No entanto, em relação às ações relacionadas ao consumo consciente de energia elétrica, observa-se a necessidade de fortalecimento e expansão. Para analisar os serviços de energia elétrica, foram enviados questionários aos Dirigentes de Unidades Acadêmicas e Administrativas da UFPA, a fim de avaliar os métodos, sistemas e/ou planilhas utilizados para controlar esses serviços. Além disso, o PDI e o PLS foram utilizados como base para a análise, fornecendo diretrizes sobre as estratégias e mecanismos voltados para a sustentabilidade institucional da UFPA.

O Poder Público, ao atuar como consumidor de recursos naturais, deve desempenhar um papel na preservação do meio ambiente por meio de práticas positivas, como o uso racional de recursos naturais e a redução de gastos institucionais, incluindo o consumo de energia elétrica, durante suas atividades administrativas diárias.

Com base nos questionários respondidos por 15 unidades administrativas da UFPA, foi possível traçar um perfil da abordagem atual da Universidade em relação às despesas de energia elétrica em seus prédios administrativos. É importante destacar que as Unidades participantes abrangem todos os campi do interior, além de quatro subunidades no campus Belém (algumas unidades e subunidades não atenderam a demanda da AUDIN), proporcionando resultados representativos do quadro mais amplo da Instituição.

Nesse contexto, observa-se uma diversidade de abordagens, desde unidades com práticas incipientes e descontínuas até exemplos de boas práticas que poderiam ser replicadas em toda a Instituição. Como ilustração desse panorama, algumas

unidades revelaram adotar medidas limitadas de sustentabilidade, como o uso de luminárias de alto rendimento ou a presença de interruptores em cada sala. No entanto, reconhecem a ausência de um diagnóstico do perfil de consumo, a falta de aquisição de materiais e equipamentos com selo Procel "A" ou eficiência energética reconhecida, bem como a não realização de manutenção preventiva na rede elétrica.

Para caracterizar esse cenário, o questionário preenchido pelas unidades abordou dezessete medidas de eficiência energética aplicáveis em prédios públicos, solicitando a cada líder que assinalasse aquelas que estão atualmente em vigor em suas instalações. Observou-se que o nível de adoção dessas ações varia consideravelmente em cada unidade. A tabela a seguir ilustra essa constatação.

Tabela 1 - Quantidade de unidades que implementaram medidas de uso racional de energia elétrica

	Até 25% de ações implantadas	Até 50% de ações implantadas	Até 75% de ações implantadas	Até 100% de ações implantadas
Quantidade de Unidades	07	03	0	0
Percentual de Unidades	70%	30%	0	0

Fonte: questionários aplicados pela equipe de auditoria

A tabela evidencia que uma porcentagem pequena das unidades coloca em prática, no máximo, 50% das medidas mencionadas, enquanto a maioria dessas unidades consegue implementar apenas 25% do conjunto total de opções apresentadas. Quando questionados sobre possíveis obstáculos para expandir as medidas destinadas ao uso racional e eficiente de energia elétrica, é notável que houve uma identificação limitada de impedimentos nesse tema. Por exemplo, desafios como a ausência de profissionais capacitados para diagnosticar e implementar ações, a falta de tempo por parte dos gestores, a insuficiência de recursos financeiros para investir, ou questões de descontinuidade na administração foram considerados, muitas vezes, como uma dificuldade por apenas mais de um terço dos entrevistados.

Além disso, os dirigentes das unidades identificaram como a resposta mais representativa para as dificuldades enfrentadas a falta de um banco de dados contendo

boas práticas e soluções já utilizadas na Administração Pública. Nesse aspecto, 56% responderam que essa ausência é frequentemente ou sempre uma dificuldade para implementar ações de uso racional. Analisando o conjunto de questões sobre dificuldades, observa-se que não houve uma alta incidência de respostas para nenhuma das hipóteses levantadas como fatores dificultadores e impeditivos das ações.

Ademais, aquelas que apresentaram o maior índice de concordância, em média, foram sensíveis para metade dos entrevistados. Essas questões não estão relacionadas a possíveis fragilidades internas das unidades, como falta de pessoal, recursos financeiros, capacitação ou mesmo falta de prioridade da unidade. No entanto, nota-se um envolvimento incerto em relação à adoção de medidas de sustentabilidade. Uma vez que a função de administrar é orientada pela priorização de atividades, constata-se que a adoção dessas medidas não tem sido uma prioridade para os dirigentes.

A análise do questionário distribuído às unidades da UFPA revela que práticas como a manutenção preventiva de equipamentos, a implementação de sensores automáticos e o uso de dispositivos com certificação de eficiência energética não são implementadas ou estão em estágios iniciais na maioria das unidades pesquisadas. Diante desse cenário, torna-se crucial intensificar as ações já em andamento, ao mesmo tempo em que é essencial introduzir novas estratégias para promover a eficiência energética na instituição. No curto prazo, iniciativas como a programação de manutenções preventivas e a adoção de aparelhos com selo PROCEL surgem como medidas capazes de reduzir o consumo e minimizar o desperdício de energia. A longo prazo, a coleta de informações pertinentes sobre a demanda e o consumo de energia pode ser instrumental para decisões futuras, enquanto ajustes na infraestrutura dos prédios do campus, visando maximizar o aproveitamento da iluminação natural e correntes de vento, têm o potencial de diminuir ainda mais o consumo elétrico.

No entanto, é possível observar, mediante a análise das respostas do questionário aplicado, que as unidades da UFPA estão atualmente mais bem estruturadas no que diz respeito ao uso consciente de energia elétrica. Isso sugere que a mobilização da Administração Pública Federal influenciou a implementação de medidas de eficiência energética, gerando benefícios a longo prazo.

Paralelamente, durante a auditoria, constatou-se que as ações destinadas a promover o consumo consciente de energia elétrica na UFPA precisam ser fortalecidas

e expandidas. A universidade possui o potencial de desempenhar um papel crucial na conscientização e eficiência energética, porém enfrenta desafios significativos nesse sentido. Os principais problemas identificados incluem:

a) Ausência de Programas de Conscientização: A UFPA não dispõe de programas abrangentes de conscientização para promover a importância do consumo consciente de energia elétrica entre estudantes, professores, técnicos-administrativos e terceirizados;

b) Insuficiência de Investimentos em Eficiência Energética: A falta de investimentos em tecnologias e infraestrutura para melhorar a eficiência resulta em desperdício de recursos e custos elevados de energia;

c) Incentivos Limitados: Não foram identificados incentivos suficientes para motivar a comunidade acadêmica a adotar práticas de economia de energia em sua rotina;

d) Monitoramento Inadequado: A UFPA enfrenta dificuldades na coleta de dados sobre o consumo de energia elétrica e na análise dos resultados, o que compromete a implementação efetiva de ações corretivas.

A auditoria aponta as restrições orçamentárias e a escassez de pessoal como causas da situação verificada em relação a todas as ações. O resultado dessa falta de abrangência nessas áreas se traduz em custos elevados e crescentes no uso de energia elétrica na UFPA.

A partir do exposto, em resposta à indagação da auditoria que busca avaliar o progresso das iniciativas que promovem o consumo consciente e eficiente de energia elétrica, identificam-se ações que necessitam de reforço no âmbito da energia elétrica. Essa situação contrapõe as diretrizes normativas destacadas anteriormente, especialmente no que concerne à urgência de ampliação e integração das práticas de sustentabilidade.

Dessa forma, por meio do questionário, foi possível delinear um perfil das medidas de sustentabilidade atualmente implementadas pelas 15 unidades pesquisadas. Os resultados evidenciam um considerável potencial de economia e uso racional de recursos naturais, uma vez que essas práticas ainda não estão disseminadas de maneira abrangente nas unidades da instituição, apesar dos benefícios ambientais, sociais e econômicos que poderiam ser alcançados.

3. AS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DA UFPA POSSUEM ADESÃO LIMITADA ENTRE SUAS UNIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS.

Com o objetivo de avaliar o nível de adesão das unidades acadêmicas e administrativas da UFPA às ações de sustentabilidade delineadas no Plano de Logística Sustentável (PLS) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da própria UFPA, a auditoria, por meio de análise documental e dos questionários, constatou um baixo grau de adesão dessas unidades no que diz respeito ao consumo consciente de energia elétrica.

A ação voltada para o consumo consciente de energia elétrica, conforme estabelecido pelo PLS da UFPA, tem como objetivo implementar um sistema de gestão e eficiência energética, visando à criação de uma cultura institucional orientada para o desenvolvimento sustentável, consolidando, organizando, sistematizando e aprimorando as práticas já existentes, orientando sobre a redução de impactos ambientais.

Ainda segundo o Plano de Logística Sustentável da UFPA, a ação de promover campanhas de conscientização tem como meta atingir 60% das unidades da Universidade. Já a iniciativa de adquirir e instalar medidores de energia em Unidades Consumidoras (UCs) que ainda não possuem os medidores do projeto Sistema de Gestão de Energia Elétrica (SISGEE) tem como meta alcançar 20 unidades consumidoras que não foram contempladas pelo Projeto SISGEE.

Entretanto, não há informações ou relatórios disponíveis no site oficial da instituição que indiquem se as metas estabelecidas pelo Plano de Logística Sustentável (PLS) foram atingidas. Da mesma forma, os dados mencionados nesta auditoria sugerem que as adesões não foram satisfatórias. O Acórdão nº 1.752/2011/Plenário do TCU, ao destacar que todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem adotar medidas para aumentar a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, refere-se às entidades e órgãos de maneira abrangente, abrangendo toda a sua estrutura com suas respectivas unidades.

No mesmo contexto, o art. 8º da Instrução Normativa nº 10, de 12/11/2012, da SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao afirmar que as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços devem abranger, entre outros temas, energia elétrica, indica que todos os setores e unidades que compõem os

órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem ser contemplados por esses temas. Isso porque, se a aplicação dessas diretrizes fosse restrita a unidades e setores, sem considerar a integralidade da estrutura de um órgão ou entidade, a eficácia dessas diretrizes estaria irremediavelmente comprometida.

Por sua vez, o art. 9º da mesma instrução normativa estabelece que os Planos de Gestão de Logística Sustentável devem ser formalizados em processos e, para cada tema mencionado no art. 8º, devem ser elaborados planos de ação com os seguintes elementos, entre outros: a) unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação e seus respectivos responsáveis; b) cronograma de implementação das ações; c) previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

A análise documental destacou que, ao elaborar seu Plano de Logística Sustentável (PLS), a UFPA não especificou, no que diz respeito ao tema de energia elétrica, às unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação, o cronograma de execução, bem como os recursos financeiros, humanos e instrumentais necessários para realizar essas ações.

Dessa forma, a ausência de elementos e dados estruturados em um plano de ação, que indicasse a abrangência e o tempo necessário para implementar cada uma das ações, resultou na limitação das ações de consumo consciente de energia elétrica a determinadas unidades da UFPA. Isso foi agravado pelas dificuldades habituais relacionadas à escassez de recursos financeiros e humanos para desenvolver e executar os programas e ações nas universidades públicas.

Conseqüentemente, a falta de um plano de ação e a ausência de agentes com responsabilidades exclusivas para promover e implementar as ações de sustentabilidade, aliadas à falta de recursos financeiros, acabaram comprometendo os resultados dessas ações em termos de abrangência, que se limitou a algumas unidades da Universidade.

RECOMENDAÇÕES

Achado n° 01

01- À Prefeitura Multicampi: Apresentar consumo histórico de energia elétrica acima ou abaixo da demanda contratada, verificando a possibilidade junto à PROAD de ajuste da demanda ou justifique a manutenção da demanda contratada.

02- À Prefeitura Multicampi: Providenciar a instalação de medidores individuais de energia elétrica, a fim de que possam ser realizados, de forma confiável, os monitoramentos e a integração das edificações ao SISGEE da UFPA.

03- À PROAD: Realizar, após levantamento de consumo, repactuação dos contratos de fornecimento de energia elétrica junto à concessionária Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

04- À PROAD: que a Comissão Gestora do PLS disponibilize no site oficial o diagnóstico, monitoramento, avaliação e revisão do PLS ou justifique a sua não disponibilização.

05- À PROAD: Implementar medidas efetivas para a descentralização do controle do consumo individual de energia elétrica por parte das unidades, facilitando o acesso aos dados pertinentes, superando as barreiras burocráticas.

Achados n° 02 e 03

06- À Prefeitura Multicampi / PROAD: Elaborar um plano de ação direcionado especificamente para a gestão consciente da energia elétrica, contemplando:

a) implementação de campanhas contínuas para promover a redução e o uso consciente desse recurso;

b) estabelecimento de indicadores de eficácia para monitorar e avaliar as ações voltadas para a diminuição do consumo energético;

c) alinhamento, capacitação e integração aprimorada dos setores administrativo, de pesquisa e extensão da universidade em relação às diretrizes e metas estabelecidas pelo PLS e PDI da UFPA;

d) intensificação de parcerias existentes e identificação de novas cooperações com instituições interessadas, especialmente no contexto da energia elétrica.

CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados, verificou-se de forma geral que as despesas realizadas por meio da contratação direta de bens e serviços, fornecimento de energia elétrica, fundamentada pela dispensa de licitação (art. 24, XXII da Lei nº 8.666/93), não apresentam falhas relevantes que exijam providências corretivas por parte dos gestores.

Ainda assim, propõe-se a adoção de ajustes e sugestões, de forma a mitigar riscos relacionados à economicidade e eficiência dos gastos públicos e promover práticas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com especial ênfase no ODS nº 7, base desta auditoria, que trata de energia acessível e limpa, bem como com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFPA.

Nesse sentido, destaca-se a importância de realizar uma análise criteriosa do histórico de consumo de energia elétrica em relação a demanda contratada, permitindo uma gestão mais precisa e alinhada com a realidade de consumo, evitando desperdícios e contribuindo para a sustentabilidade da instituição. Ao adequar a demanda contratada às reais necessidades, a UFPA não apenas otimiza os recursos financeiros, mas também promove uma utilização mais consciente dos recursos energéticos, alinhando-se assim aos princípios da responsabilidade ambiental e econômica.

Os resultados dos exames apontam que a UFPA está implementando iniciativas de sustentabilidade ambiental, evidenciando o reconhecimento da instituição sobre a importância desse tema e sua responsabilidade como disseminadora de conhecimento. Entretanto, os dados provenientes da avaliação indicam que as ações voltadas para o consumo consciente e eficiente de energia elétrica, embora façam parte do planejamento da Universidade, necessitam ser expandidas para envolver toda a comunidade universitária.

A auditoria identificou falhas no planejamento das ações de sustentabilidade ambiental relacionadas à energia elétrica, especialmente na ausência de gestão de risco e na falta de elaboração de uma matriz de riscos ambientais. As ações de sustentabilidade ambiental promovidas pela UFPA carecem de uma base institucional mais robusta, que pode ser desenvolvida através do fortalecimento e ampliação da política ambiental da instituição. Essa prática poderia aumentar a adesão das unidades

acadêmicas e administrativas às ações conduzidas pelas unidades responsáveis, proporcionando maior efetividade.

Além disso, é necessário aprimorar o monitoramento e a avaliação das ações de sustentabilidade, utilizando de maneira mais eficiente os indicadores existentes dentro de um plano de ação abrangente.

Espera-se com o presente trabalho, fornecer insumos para que a UFPA aprimore seu planejamento e ações na área da gestão de contratos-despesas com energia elétrica com foco na sustentabilidade ambiental, em particular para o consumo eficiente e consciente da energia elétrica.

Cabe destacar que a Auditoria Interna tem como competência fornecer avaliações e assessoramentos, de maneira independente e objetiva, que permitam a instituição aprimorar seus controles internos, tornando-os mais eficientes e eficazes, de forma a reduzir os riscos que se impõem ao alcance de seus objetivos.

Isto posto, vencido o trabalho de análise da matéria objeto de auditoria, submete-se o presente relatório à consideração superior para que, após lido e aprovado, seja remetido à autoridade máxima desta Universidade Federal para ciência das constatações e das recomendações e para provimento das medidas propostas por esta Auditoria Interna junto às unidades examinadas.

É o relatório.

Belém (PA), 18 de dezembro de 2023.

Alexandre Martinho D. F de Sousa

Auditor

Matrícula SIAPE nº **719**

Celso Maia de Souza

Coordenador da Auditoria Interna
em exercício

ANEXOS

I - MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE AUDITADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Introdução

Por meio do despacho nº 46/2023 - AUDIN, via e-mail institucional da UFPA, de 07 de dezembro de 2023, foi encaminhado às unidades auditadas a versão preliminar deste relatório, para análise e manifestação que julgassem necessárias acerca de seu conteúdo e das respectivas recomendações propostas.

É relevante salientar que as observações feitas pelos gestores desempenham um papel de grande importância no aperfeiçoamento das recomendações apresentadas neste relatório de auditoria. Além disso, esses comentários são essenciais para garantir que as propostas encaminhadas tenham a capacidade de contribuir efetivamente para o aprimoramento da gestão dos contratos-despesas com energia elétrica, em especial no que diz respeito à sustentabilidade, no âmbito da Universidade Federal do Pará.

Transcorrido o prazo definido no referido despacho, a Prefeitura Multicampi da UFPA não apresentou manifestações.

Por outro lado, por meio de e-mail institucional da UFPA, encaminhado em 13 de dezembro de 2023, a Pró-Reitoria de Administração - PROAD apresentou as seguintes manifestações:

Achado nº 01

01- À Prefeitura Multicampi: Apresentar consumo histórico de energia elétrica acima ou abaixo da demanda contratada, verificando a possibilidade junto à PROAD de ajuste da demanda ou justifique a manutenção da demanda contratada.

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“Em relação a análise de 2023 está sendo finalizada.”*

Análise da equipe de auditoria

Em resposta apresentada, a unidade auditada comunica que a análise referente a 2023 está em fase de conclusão. No entanto, é essencial que a referida unidade, após a apresentação do consumo histórico, considere a possibilidade de efetuar ajustes ou apresentar justificativas para a manutenção da demanda contratada. Dessa maneira, esta Unidade de Auditoria irá acompanhar as medidas a serem implementadas na recomendação 01, que será cadastrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitoramento da adoção de providências.

03- À PROAD: Realizar, após levantamento de consumo, repactuação dos contratos de fornecimento de energia elétrica junto à concessionária Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“Informamos que a partir da análise e recomendações da demanda adequada para determinado período, pela equipe do Projeto de Eficiência Energéticas, são solicitados os ajustes da demanda de energia dos contratos junto a concessionária Equatorial, em fluxo contínuo, o que nos últimos anos tem reduzido significativamente o pagamento de multas por ultrapassagem ou frustração no consumo da demanda contratada.”*

Análise da equipe de auditoria

A resposta apresentada pela unidade auditada reforça a constatação relacionada à necessidade de ajustes do consumo e da demanda contratada. A unidade auditada relata que, a partir da análise e das recomendações, são solicitados os devidos ajustes na demanda de energia elétrica. Assim, esta Unidade de Auditoria acompanhará as medidas a serem implementadas na recomendação 03, que será registrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitorar a adoção de providências.

04- À PROAD: que a Comissão Gestora do PLS disponibilize no site oficial o diagnóstico, monitoramento, avaliação e revisão do PLS ou justifique a sua não disponibilização.

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“O novo site do PLS está sendo reformulado, o qual será incluído até 15 de janeiro de 2024 todas as suas ações, bem como suas novas diretrizes para atender o novo Plano Diretor de Logística Sustentável de acordo com a portaria da SEGES/ MG nº 5.376 de 14.09.23.”*

Análise da equipe de auditoria

Com base na manifestação da PROAD verificamos que a gestão reconhece a importância do PLS e está empenhando esforços para sua concretização. Observamos que de fato muitas ações de sustentabilidade já foram implementadas. Diante do exposto, recomendamos a efetivação, o monitoramento e a divulgação do Plano de Gestão Logística Sustentável na UFPA, abrangendo os aspectos relacionados à eficiência energética e a gestão sustentável. Assim, esta Unidade de Auditoria acompanhará as atualizações que serão realizadas no PLS, conforme sugerido na recomendação 04, que será cadastrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitorar a adoção de providências.

05- À PROAD: Implementar medidas efetivas para a descentralização do controle do consumo individual de energia elétrica por parte das unidades, facilitando o acesso aos dados pertinentes, superando as barreiras burocráticas.

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“O projeto de eficiência energética possui um sistema que possibilita o acompanhamento do consumo das Unidades que já têm medidores instalados, vamos solicitar um treinamento à equipe do Projeto aos Gestores das Unidades que já possuem medidores e liberar o acesso ao sistema, para que possam acompanhar o consumo de sua Unidade.”*

Análise da equipe de auditoria

A resposta apresentada pela unidade auditada corrobora a necessidade de descentralização do controle individual de energia elétrica. A unidade auditada propõe-se a promover, por intermédio do Projeto de Eficiência Energética, treinamento aos gestores das unidades que já possuem medidores e liberar o acesso ao sistema. Desta maneira, esta Unidade de Auditoria acompanhará as medidas a serem implementadas na recomendação 05, que será registrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitorar a adoção de providências.

Achados nº 02 e 03

06- À Prefeitura Multicampi / PROAD: Elaborar um plano de ação direcionado especificamente para a gestão consciente da energia elétrica, contemplando:

a) implementação de campanhas contínuas para promover a redução e o uso consciente desse recurso;

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“Estamos planejando uma campanha, junto com a equipe do Projeto de Eficiência Energética e a Assessoria de Comunicação da UFPA, a ser lançada no primeiro semestre de 2024.”*

Análise da equipe de auditoria

A resposta apresentada pela unidade auditada reforça a necessidade de empreender ações voltadas para a promoção da redução e o uso consciente da energia elétrica. A unidade auditada compromete-se a desenvolver um planejamento de ações relacionadas a essa temática. Assim, esta Unidade de Auditoria acompanhará as medidas a serem implementadas na recomendação 06 subitem “a”, que será registrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitorar a adoção de providências.

b) estabelecimento de indicadores de eficácia para monitorar e avaliar as ações voltadas para a diminuição do consumo energético;

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“Atualmente são feitas análises com base na série histórica do consumo, sendo que o crescimento da Instituição, com o aumento de servidores, de alunos, de equipamentos, edificações, não permite uma redução no consumo, mas de 2019 até a data atual, o consumo tem se mantido estável, em função das estratégias que vêm sendo adotadas pela de troca de luminárias incandescentes por lâmpadas de led na iluminação externa, compra de novos equipamentos com selo classe A de consumo de energia, implantação de usinas fotovoltaicas, instalação de medidores nas edificações, monitoramento do consumo vai sistema, instalação de banco de capacitores para estabilização de corrente reativa, dentre outras.”*

Análise da equipe de auditoria

Apesar da resposta da unidade auditada incluir ações destinadas à redução do consumo energético, a ausência de indicadores mais sólidos empregados pela UFPA para avaliar a efetividade/impacto dessas ações revela-se insuficiente para estabelecer metas e monitorar resultados de forma adequada. Dessa maneira, esta Unidade de Auditoria acompanhará as medidas a serem implementadas na recomendação 06 subitem “b”,

que será registrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitorar a adoção de providências.

c) alinhamento, capacitação e integração aprimorada dos setores administrativo, de pesquisa e extensão da universidade em relação às diretrizes e metas estabelecidas pelo PLS e PDI da UFPA;

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“A presidente do PLS, [...], vem atuando para a conscientização da comunidade universitária quanto às suas políticas ambientais e as diretrizes do PLS, estando dentre elas a Eficiência Energética, buscando a redução do consumo de energia elétrica. Dentre os eventos já realizados: 1. Seminário de Meio Ambiente (2021), palestra: “As ações do Projeto de Logística Sustentável (PLS) na UFPA”; 2. Webinário (2021), será apresentado o Plano de Gestão de Logística Sustentável e suas diretrizes; a importância da gestão ambiental para as IFES; as ações implementadas na UFPA; novas propostas e parcerias a serem implementadas na instituição e a inclusão do servidor como partícipe do processo de gestão ambiental; 3. Seminário de Meio Ambiente (2022), palestra: “As ações do Projeto de Logística Sustentável (PLS) na UFPA”; 4. Acolhimento Institucional (2023), Palestra: “Orientações sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFPA”; 5. Seminário de Meio Ambiente (2023), palestra: “O Plano Diretor de Logística Sustentável e os novos desafios diante a Agenda ambiental 2030 e a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021”; 6. Fórum dos CPGA’s dos Campi (2023), palestra: “O Plano Diretor de Logística Sustentável e os novos desafios diante a Agenda ambiental 2030 e a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.”*

Análise da equipe de auditoria

Com base na manifestação da PROAD verificamos que a gestão reconhece a importância do PLS e está empenhando esforços para sua concretização. Observamos que de fato muitas ações de sustentabilidade já foram implementadas. Diante do exposto, recomendamos a efetivação das diretrizes do PLS e PDI da UFPA, abrangendo os aspectos relacionados à eficiência energética e a gestão sustentável. Assim, esta Unidade de Auditoria acompanhará as medidas que serão realizadas, conforme sugerido na recomendação 06 subitem “c”, que será cadastrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitorar a adoção de providências.

d) intensificação de parcerias existentes e identificação de novas cooperações com instituições interessadas, especialmente no contexto da energia elétrica.

Manifestação da Unidade Auditada

R. *“A UFPA vem desenvolvendo parceria com o Centro de Excelência e Eficiência Energética da Amazônia – CEAMAZON, o qual é responsável por analisar e acompanhar a eficiência energética da UFPA, bem como o seu consumo de energia elétrica, efetuando análises precisas para gerar o menor custo e a menor despesa a universidade. Recente a UFPA postou uma matéria sobre a nossa redução de consumo na energia elétrica, segue link: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14207-projeto-de-gestaoenergetica-da-ufpa-promove-economia-de-mais-de-r-1-5-milhao-em-recursos-dainstituicao>”*

Análise da equipe de auditoria

Com base na manifestação da PROAD, constatamos a eficácia da parceria existente, todavia, deve-se avaliar se análises precisas realizadas estão efetivamente contribuindo para redução de custos e despesas com energia elétrica na Universidade. Assim, esta Unidade de Auditoria reitera a importância da colaboração contínua na gestão energética implementada, buscando identificar novas oportunidades de cooperação para promover a sustentabilidade e otimizar recursos, visando não apenas à redução de custos, mas também à inovação e ao compartilhamento de conhecimentos para fortalecer a posição da Universidade como referência em práticas eficientes e sustentáveis no uso de energia elétrica. Desse modo, esta Unidade de Auditoria acompanhará as medidas que serão realizadas, conforme sugerido na recomendação 06 subitem “d”, que será cadastrada no sistema E-aud da Controladoria Geral da União (CGU) para monitorar a adoção de providências.



Emitido em 18/12/2023

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 202303/2023 - AUDIN (11.07)
(Nº do Documento: 10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/12/2023 14:55)
ALEXANDRE MARTINHO DIAS DA F DE SOUSA
AUDITOR
AUDIN (11.07)
Matrícula: ###719#1

(Assinado digitalmente em 18/12/2023 14:57)
CELSON MAIA DE SOUZA
COORDENADOR(A) - TITULAR
AUDIN (11.07)
Matrícula: ###689#1

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número:
10, ano: **2023**, tipo: **RELATÓRIO DE AUDITORIA**, data de emissão: **18/12/2023** e o código de verificação:
43553c5db7